

PROJETO CONVIVER: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA EM PEDAGOGIA SOCIAL

Mara Lucia Teixeira Brum – UFPEL

e-mail: marabrum@gmail.com

Drª. Neiva Afonso Oliveira –UFPEL

e-mail: neivaafonsoleliveira@gmail.com

Eixo 8: Contribuições dos Movimentos Sociais para a educação dos trabalhadores: crianças, jovens, adultos e idosos (espaços formais e não formais)

Resumo: O texto aqui apresentado apresenta a dinâmica e propósitos do Projeto Conviver, que surgiu de visitas domiciliares, conversas informais e solicitações dos assistidos da Sociedade União e Instrução Espírita, que desejavam conhecer seus direitos, aprender a ler e escrever. Participam do projeto, idosos em situação de vulnerabilidade social do município de Pelotas-RS, que buscam garantias de melhor qualidade de vida, dignidade e cidadania. Por meio de processos educativos não-formais, pautados na Pedagogia Social, os idosos possuem novas alternativas de atividades, atualização de conhecimentos, valorização e elevação da auto-estima, desenvolvimento pessoal, além da conscientização política e social. Assim, o Projeto Conviver passa a ser um instrumento eficiente que contribui com a autonomia e valorização dos idosos, na tentativa de superar os desequilíbrios sociais. Logo, o compromisso com os idosos e a velhice deve ser assumido por toda a sociedade, visto que a longevidade é um fenômeno posto.

Palavras- Chave: Pedagogia Social, Educação, Cidadania, Terceira idade

Introdução

O projeto Conviver tem por objetivos promover, através da educação, possibilidade de uma cidadania mais ativa à população idosa desamparada socialmente, preparando o idoso para exercer seus direitos enquanto cidadão através da educação não-formal. No sentido de decifrar sua mística, podemos afirmar que o referido projeto “encaixa-se” nos campos de estudo da pedagogia social voltada para o segmento idoso. O projeto surgiu da necessidade de esclarecer e conscientizar os idosos que frequentam a Sociedade União e Instrução Espírita para o exercício dos seus direitos enquanto cidadãos.

Para que ocorra uma organização dos idosos em busca da consolidação de seus direitos, é fundamental que o conhecimento seja possibilitado a todos. Conhecer os próprios direitos é preceito elementar para que se reclame melhores condições de sobrevivência e uma melhor qualidade de vida.

Segundo a Política Nacional do Idoso (1998), a população idosa está aumentando num cenário caracterizado pela transição demográfica de uma situação de alta mortalidade e alta fecundidade de uma população predominantemente jovem, para uma situação de baixa fecundidade e de baixa mortalidade. O Brasil, a exemplo de outros países do mundo, tem se defrontado com as questões do envelhecimento. O cuidado com os idosos, a responsabilidade das famílias e da sociedade passam a ser novos desafios. Ao mesmo tempo em que convivemos com o aumento da expectativa de vida, mudanças na legislação traduzem-se em mudanças de comportamento, como caixas especiais de banco, lugares reservados e gratuidade nos transportes coletivos, universidades da terceira idade. (p.7). A Política Nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Cabendo a família, a sociedade e o Estado o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida. (p.11-12).

O preparo para o exercício da cidadania é uma das finalidades da Educação Brasileira (LDB art. 2). Cidadania entendida como condição básica de ser cidadão, isto é, titular de direitos e de deveres a partir de uma convicção universal (Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas), como também por uma condição particular, pois, segundo a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei.

No Brasil, o conceito atualmente admitido como cidadania foi garantido pela Constituição Brasileira de 1998, que traz a compreensão de cidadania expressa na carta dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos de 1789 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (JUNQUEIRA, 2002, p.19). Tais normatizações ampliam bastante os direitos de cidadania; sendo que a Constituição de 88, considerada a mais democrática da história do país, é também conhecida como a "constituição cidadã", pois a partir dela, foram ampliados os direitos em todas as dimensões: civil, política, social e cultural.

A Constituição de 1988 elenca alguns direitos sociais no artigo 6.º, visa possibilitar a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

A educação, além de ser um direito social básico e essencial, é também o caminho que permite o exercício e a conquista do conjunto dos direitos da cidadania, que se ampliam a cada dia, em contrapartida às necessidades do homem. Severino (1993, p. 50) entende a educação como sendo a mediação para a construção da cidadania, pois deve possibilitar

primeiro o igual acesso ao direito, ao conhecimento do ordenamento jurídico das liberdades públicas por parte de todas as pessoas, e então, a formação das consciências dos sujeitos sociais para a necessidade de sua afirmação no nível dos fatos, no nível da vida real. E daí a luta por sua extensão.

[...] educar para a cidadania significa prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir em si as dores do mundo (MACHADO, p. 1997, 106).

O conceito de cidadania está em evolução e suas diversas dimensões assumem relevâncias diversificadas no correr do tempo, em decorrência do desenvolvimento da formação histórica. Cada corrente filosófica que passa a perceber/teorizar segundo seu ângulo de visão, o direito à educação, como exercício à cidadania, assume como indiscutível o crucial valor de seu exercício, pois a condição de cidadania constitui um instrumento de atuação social que possibilita a leitura do contexto humano (JUNQUEIRA, 2002, p. 21).

O direito de exercer a cidadania é uma atitude que depende da cultura e está relacionado aos conceitos econômicos, sociais e políticos de uma sociedade. Para que o indivíduo possa lutar por seus direitos, ele precisa, primeiramente, conhecê-los. Para o exercício de uma cidadania ativa, é necessário educar os indivíduos para a liberdade de pensamento, para o senso crítico, para a não passividade diante das informações, para a não repetição daquilo que é imposto, para a construção de novos conceitos. A educação é a mediação da construção para a cidadania, pois proporciona aos indivíduos *“instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir em si as dores do mundo”*. (MACHADO, 1997, p. 106-107). Diante de tais colocações, o Projeto Conviver, voltado para a terceira idade pretende possibilitar a inserção social dos assistidos, pois reconhece os novos papéis sociais que os idosos assumem com o passar dos anos, além de permitir uma reflexão sobre os meios possíveis para que a população, em especial os mais velhos, das classes menos favorecidas, tenham condições de sobrevivência e garantias de melhor qualidade de vida, dignidade e cidadania.

Por meio de processos educativos não-formais, pautados na Pedagogia Social, os idosos possuem novas alternativas de atividades, atualização de conhecimentos, valorização e elevação da auto-estima, desenvolvimento pessoal, além da conscientização política e social. Aliado à educação não-formal para o idoso, o processo de emancipação individual e coletiva

estruturam-se como campos de participação política, possibilitando a superação de conflitos, estereótipos e marginalização que o segmento enfrenta, permitindo a re-significação das relações, revisão de papéis sociais, produção e atividade no cotidiano. Assim, o conhecimento passa a ser um instrumento eficiente e necessário para a emancipação individual, em especial, para os idosos, na tentativa de superar os desequilíbrios sociais.

Em nossa sociedade, apesar de alguns avanços, os preconceitos contra a velhice mostram as faces da discriminação e opressão que muitos idosos sofrem, por serem considerados sujeitos improdutivos e sem capacidade de aprender. Sendo assim, o idoso fica caracterizado como um peso para a sociedade.

É preciso que a sociedade tenha compromisso com os idosos e a velhice, uma população que vem crescendo a cada ano e ficando à margem da sociedade e na maioria das vezes vivendo de assistencialismo.

Para Carvalho (2004), o assistencialismo representa o reconhecimento institucional da responsabilidade social do Estado com a implícita criação de estruturas de remediação próprias sempre sob o primado da razão política. Diante do tema da velhice, Carvalho (2004) pontua,

“A verdade é que, apesar das proclamações que reiteradamente afirmam os direitos dos idosos e dos progressos reais verificados na assistência que lhes é prestada, a sociedade contemporânea convive mal com a velhice: esta representa no fundo, o seu fracasso, a sua incapacidade para evitar a degradação. Todavia, o prolongamento da vida constitui também um dos êxitos da nossa época: nunca tantos viveram tanto”(p.32).

Segundo Oliveira (1999), a sociedade coloca o velho numa situação típica de marginalização social, na proporção em que ergue contra ele inúmeras barreiras sociais e desenvolve atitudes de preconceitos e discriminação social. Nota-se que o idoso fica cada vez mais excluído¹. A sociedade impõe produção, agilidade e modernidade. Na perspectiva atual, o idoso é considerado, muitas vezes, como incômodo, por não atuar na velocidade e na maneira em que os jovens julgam mais correta ou mais adequada. Os idosos no Brasil são vitimizados culturalmente, o que resulta na vulnerabilidade reforçada por preconceitos e estereótipos negativos relativos à velhice.

Castel (1998) conjuga a precariedade das condições de trabalho e a fragilidade das bases de coesão social. As pessoas idosas defrontam-se com os efeitos desta vulnerabilidade social, pois são consideradas socialmente como improdutivas e, muitas vezes, não têm acesso

¹ O termos exclusão e excluído estão sendo usados no sentido de deixar de fora, à margem das sociedades.

ao mercado de trabalho e mantêm-se na informalidade. A segunda dificuldade enfrentada refere-se à dificuldade de muitos idosos em possuírem uma autonomia econômica, social e até mesmo simbólica, o que resulta em diversos tipos preconceitos, tanto na família, quanto na sociedade.

Para Katzman (2005), *vulnerabilidade não significa pobreza, mas a inclui. A pobreza faz referência a uma situação de carência efetiva e vivenciada no atual momento, enquanto a vulnerabilidade transcende tal condição, projetando no futuro a possibilidade de padecer, a partir das debilidades enfrentadas no presente.* Nessa perspectiva é que se encontram muitos idosos, em situação de vulnerabilidade social, além de sofrerem com a perda de laços afetivos, serem vítimas da exclusão, marginalização e inúmeras violências físicas e psicológicas.

O trabalho social que a Sociedade União e Instrução Espírita desenvolve busca resgatar a auto-estima, autonomia e emancipação individual dos integrantes do projeto, procurando estimular a permanência do idoso na comunidade, junto à família, desempenhando papel social ativo, com a autonomia que lhe for própria; O Projeto Conviver que mantém forte vínculo com a educação social, por estar inserida no trabalho social. Para Diaz (2006) “*a educação social mediante a utilização dos recursos necessários e oportunos, procura dar solução a determinados problemas e necessidades de pessoas ou grupos que se encontram em situação de risco ou necessidade social*”. Diaz (2006) afirma: “*toda a educação é, ou deve ser, social, já que quando falamos de educação, esta faz-se na família, na escola, na comunidade e, inclusive, para a comunidade*”.

A Educação Social tem sido associada com a criação da identidade de grupos populares na sociedade. Como resultante, a Educação passa a ser vista como um decisivo meio no processo de reforma e mudança das estruturas sociais. Este quadro coloca novos desafios que têm implicações práticas e teóricas para a educação e todos os que se envolvem no processo educativo.

Cada vez mais as associações religiosas passam a reconhecer a educação como parte de suas lutas pela transformação social. E se mobilizam para o atendimento das demandas educacionais de seus integrantes, e na elaboração teórico-prática de ações sócio-educativas. A visibilidade dos movimentos que lutam por justiça e cidadania, como espaços de organização e difusão dos conhecimentos que formam sujeitos políticos coletivos.

O caráter educativo dos projetos sociais passa pela sua própria vinculação as camadas mais oprimidas da sociedade. Por meio de sua atuação mobilizadora, os projetos sociais podem criar um corpo cultural e social que capacita os sujeitos a convivência, a ação e ao aprendizado coletivo.

Sendo assim a educação social define-se com um instrumento de conscientização da mudança social, Pois visa organizar e preparar a população a apoderar-se de seus direitos de cidadania. Não se institui apenas através dos conteúdos, mas igualmente entre as relações de troca dialógica e socializada entre os sujeitos que se constituem no e pelo processo educativo.

Quando falamos em educação social estamos entrando no campo de atuação da Pedagogia Social, que tem sua origem na sociedade industrial (MOLLENHAUER, 1993, p. 19). Ela atua a partir de uma perspectiva pedagógica junto aos problemas sociais, materializados como situações de risco e vulnerabilidade, abandono e indiferença, que se manifestam nas formas da pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, entre outras. Segundo Caliman:

[...] a Pedagogia Social tem como finalidade de pesquisa a promoção de condições de bem-estar social, de convivência, de exercício de cidadania, de promoção social e desenvolvimento, de superação de condições de sofrimento e marginalidade (2009, p.59).

A Pedagogia Social, interessada na dinâmica das condições de vida de famílias, crianças, jovens, adultos e idosos, se insere no contexto dos problemas que surgem a partir da própria condição social. Numa perspectiva catalisadora de atividades que atingem a comunidade e a sociedade como um todo encontra no “popular” a referência que mobiliza a sua ação pedagógica.

Nessa perspectiva, optou-se por trabalhar com projetos pelo seu sentido transformador, integrador e ético. Sendo que através dos projetos se tem uma noção clara de onde se está, e aonde se quer chegar com atividades planejadas envolvendo todos os atores sociais. Carvalho (2004) reforça essa ideia na seguinte afirmação: *Trabalhar com projetos significa valorizar o planejamento educativo definindo claramente aonde se quer chegar, com estratégias e atividades planejadas envolvendo todos os atores sociais nas diversas etapas do processo gerando assim um comprometimento real com o futuro do projeto.* Visando o planejamento educativo e comprometimento com os idosos, começou-se o Projeto Conviver, ano de 2008, a partir de observações, conversas, visitas domiciliares e vivências da realidade, das necessidades, dos sofrimentos da maioria dos idosos, em instituições públicas ou privadas, quer sejam na família, nas ruas, nos asilos e autarquias, onde acontecem a discriminação, a exploração, o descaso, a violência física, moral e psíquica.

As visitas domiciliares, conversas e entrevistas realizadas para o cadastro na Sociedade União e Instrução Espírita nós mostram o quanto a população de idosos está sujeita a diferentes vulnerabilidades, como preconceitos, na área da competência mental e física. Os

jovens julgam que os velhos não sabem, não entendem coisa alguma e, por esta razão, exploram, maltratam, abandonam. Nas palavras de Carvalhos (2004),

“A cresce que uma sociedade fortemente hedonista, que cultiva a imagem e a vivência de um corpo saudável e belo a qualquer preço dificilmente acolhe as marcas da deterioração e do sofrimento que a idade vai inevitavelmente imprimindo. A estética do trágico é, então, substituída pela patética de uma juventude tão perene quanto impossível, tão impossível quanto a velhice ganha tempo sem ganhar o tempo.”(p.33).

Estes preconceitos vêm prejudicando de várias formas os idosos, tanto no campo social, como econômico, provocando prejuízos que tiram a dignidade do idoso, afetam sua saúde física e emocional, diminuem seus anos de vida, e sua potencialidade para produzir, e superar os obstáculos que a vida impõe a todo o ser humano, não somente aos idosos. O projeto visa uma cidadania ativa voltada para cidadania e inclusão social do idoso. Segundo Carvalho (2004):

O ideal de uma cidadania ativa é indissociável da existência de uma sociedade efetivamente inclusiva, apoiada numa rede de serviços eficaz e modernizada. Na crítica a um Estado- providência indenizador e compensador não é a existência do Estado social que, em si mesma, está em questão, mas antes o paradigma assistencial que o suporta. A educação social deve ser vista como uma tarefa não só escolar, mas também de todas as instâncias sociais.(p.53).

Nesta perspectiva, Flickinger comenta que na atualidade a formação do indivíduo está atrelada intimamente às necessidades econômicas. Para Diaz (2006) “*o indivíduo socializa-se dentro e fora da instituição escolar e, por isso, a educação social deve efetuar-se em todos os contextos nos quais se desenvolve a vida do ser humano*”.

Através de ações concretas, o Projeto Conviver vem propiciando um trabalho social e educativo que leva o idoso a refletir sobre sua condição na sociedade; informando e discutindo temas relevantes para que ele obtenha o conhecimento necessário para ter uma velhice saudável e possa superar seus temores e ansiedades causados pelos fardos da vida a fim de que possa exercer seus direitos como cidadão consciente dos seu papel social.

A instituição através do Projeto Conviver vem atuando de maneira solidária com o intuito de ajudar ao próximo, não somente no aspecto espiritual, mas buscando uma nova percepção dos indivíduos sobre o reconhecimento e melhoria de sua própria condição humana, espiritual, social e cultural. Para Sousa Santos (2002), “*Nesta forma de conhecimento, conhecer é reconhecer é progredir no sentido de elevar o outro da condição de objeto à condição de sujeito*” (p.30). Ainda, segundo Sousa Santos (2002), “*Necessitamos de um pensamento alternativo de alternativas*”. Assim, tem sido realizado o trabalho na

instituição, ou seja, no sentido de desenvolver alternativas para melhorar as condições de vida dos idosos.

O Projeto Conviver justifica-se pela necessidade de a população de idosos ter uma vida mais dinâmica, criativa, recreativa com perspectivas para o idoso desfrutar de uma interação social onde convive, tendo inclusão do seu potencial de trabalho, de suas capacidades e talentos, reunidos aos conhecimentos e experiências alcançadas ao longo de sua vida. Partilhando de forma efetiva no meio familiar e na comunidade, o idoso terá mais tempo e qualidade de vida, com elevação de sua auto-estima e auto-realização, que trará benefícios em todos os aspectos de sua vida, e também a sociedade onde ele interage. Propomos com este projeto, dar ao idoso uma nova perspectiva, de “olhar”, para que este vá além da obsolescência de suas atividades, de uma aposentadoria que o incapacita, da desvalorização de seus vencimentos, de suas vivências e humilhações sofridas. Ajudar o idoso a olhar a vida com novo olhar, aprender novos saberes, superar os limites oferecidos, viver tudo o que pode ser vivido, e capacitá-lo a realizar os sonhos idealizados, ou mesmo ajudá-lo a sonhar, caso tenha perdido a esperança, a perspectiva de realização pessoal. Perceber que envelhecer não é se preparar para morrer, não é sinônimo de incapacidade, de doenças, mas sim, uma fase da vida, como as outras, pode ser mais um momento de formação de consciência que o ajude a recuperar o gosto por viver. O momento formativo, nessa fase poderá oportunizar aprendizagens a respeito da vida, suas limitações, vantagens e desvantagens. Para Carvalho (2004),

“A velhice é um direito com que nascemos e que, como tal, deve ser garantida, usufruída e respeitada. A velhice é um potencial da pessoa humana – não apenas uma deficiência tardia -, potencial inclusive da sua juventude, mas estruturalmente distinta dessa. Por isso a velhice não tem de ser vivida dramaticamente como um fardo a suportar pela sociedade ou como uma inferioridade cívica a esconder pelo individuo ou pela comunidade”(p. 34).

O interessante é o aprendizado de encará-las com realismo e lograr extrair dela, todas as suas oportunidades e possibilidades.

Muitos obstáculos, problemas, carências, foram observadas na vida dos idosos, o que vem justificar o projeto, principalmente na Sociedade União Espírita União, pois a instituição é um reflexo da sociedade onde está inserida. Não podemos compactuar com a indiferença, a desvalorização, e a falta de inclusão, a indignidade, a violência moral, física, psicológica, econômica, que vemos estampado na mídia, com relação aos idosos, principalmente aqueles menos favorecidos economicamente.

O Projeto Conviver desenvolve atividades que contribuem para a melhoria de vida dos idosos no âmbito familiar, comunitário e principalmente no âmbito da saúde. Dessa forma, o projeto promove a inclusão social dos idosos, principalmente os advindos de comunidades carentes com ética e compromisso social. Segundo Carvalho (2004), “*a ética da responsabilidade encontra aqui, uma ética do limite na medida em que esta aceita o outro, simultaneamente, como emergência inalienável da alteridade de si e da mesma idade do outro*”.

Responsabilidade e ética vêm sendo princípios norteadores dos projetos desenvolvidos nas SUIE² que têm como propósito promover o progresso do ser humano por meio da ajuda material e espiritual, baseado nos princípios do Evangelho e da Doutrina Espírita, construindo no mundo uma sociedade mais fraterna e acolhedora.

O Projeto Conviver atende em média 30 a 35 idosos da periferia de Pelotas, uma vez por semana, às sextas-feiras no período de três horas, propiciando um espaço de convivência aos indivíduos, através de palestras, filmes, passeios, atividades recreativas, culturais, alfabetização, evangelização e trocas de experiências no grande grupo, o que propicia a socialização. O Projeto visa, portanto, trabalhar de forma a melhorar as condições de vida dos idosos, estimulando a autonomia; facilitando a essas pessoas acesso aos serviços essenciais, à justiça, à educação, à saúde. No elenco de atividades, encontram-se acrescidas as atividades relativas à vida espiritual, social, ao lazer, ao esporte, à cultura, às artes, ao teatro, à música, e a eventos que venham dinamizar, promover a integração social, melhorando sua qualidade de vida e preservando a vida na sua totalidade.

Conclusão

O Projeto Conviver espera promover a inclusão social dos idosos, advindos de comunidades carentes com ética e compromisso social. Propiciando qualidade de vida e melhorando a auto-estima e autonomia dos indivíduos para que ambos possam desfrutar de uma velhice mais saudável e mais feliz juntos de suas famílias. Visando o entrosamento do idoso na família, na comunidade e na sociedade.

Esperamos, com o projeto, resgatar a cidadania dessa população, que de uma maneira ou de outra, na maioria das vezes, são discriminados pela sociedade, ou simplesmente postos de lado como incapazes, como dementes, ultrapassados. Numa perspectiva de contribuir, construir, produzir espaços que garantam uma melhoria de vida para os idosos, este projeto

² Sociedade União e Instrução Espírita

pretende intervir, frente à atual realidade, com medidas de prevenção, oportunidades concretas de informação, educação geral e para o trabalho, a saúde, o lazer, a cultura, as artes, com eventos, de tal forma que possamos proporcionar uma qualidade de vida que seja mais dinâmica, mais criativa, produtiva e feliz, nesta fase, pela qual todo ser vivo deve passar, caso tenha a felicidade de viverem muitos anos. Plagiando Carvalho (2004) “*o projeto busca construir espaços de convivências e não de mera coexistência*”.

Defende-se que as práticas pedagógicas realizadas com idosos através de projetos que consideram sua realidade, seus anseios, medos e dúvidas, e se preocupa com a sua inserção social, de modo a torná-los cidadãos participantes e ativos na sociedade são cruciais. A Pedagogia Social contribui para construção de uma cidadania mais justa e mais autêntica através de práticas educativas que levam para ações concretas de melhoria de qualidade de vida dos indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou não, e que ainda encontram-se com liberdade de ir e vir, dentro ou fora dos espaços educativos; pois a educação é importante para tornar os idosos mais visíveis socialmente e capazes de perceberem as mudanças sociais e ajustarem-se a elas. A sociedade União e Instrução Espírita através de seus projetos vem trabalhando para a construção de uma sociedade igualitária, sem discriminação e que busque resgatar a cidadania dos idosos.

Referencial:

BRASIL, Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL; MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394/96, São Paulo: Saraiva, 1996.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia social de rua: entre acolhida e formação. In: SOUZA NETO, J. C.; NASCIMENTO, M. L. (Orgs.). Infância: violência, instituições e políticas públicas. São Paulo: Expressão e Arte, 2006. p. 167-178.

_____. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). In: SOUZA NETO, J. C.; SILVA, R.; MOURA, R. (Orgs.). Pedagogia social. São Paulo: UNESCO; Expressão e Arte, 2009.

_____. Paradigmas da exclusão social. Brasília, DF: Universa; UNESCO, 200

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARVALHO, Adalberto Dias; Baptista, Isabel. Educação Social: fundamentos e estratégias. Porto/Portugal, Porto Editora, 2004.

DÍAZ, Andrés Soriano. Uma Aproximação à Pedagogia-Educação Social.

Revista Lusófona de Educação, 2006, vol.7, 91-104

GOHN, M. G. Movimentos sociais no inicio do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Educação não-formal na pedagogia social. Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1, 2006, São Paulo, Anais do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social, USP, 2006.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. O processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002

OLIVEIRA, R. C. S. Terceira Idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Campinas: Papirus, 1999.

_____. O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

MACHADO, Nilson José. Cidadania e Educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

MOLLENHAUER, Klaus. Einführung in die Sozialpädagogik: Probleme und Begriffe der Jugendhilfe. 10. Auflage. Weinheim und Basel: Beltz, 1993.

POLITICA NACIONAL DO IDOSO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Programa Nacional de Direitos Humanos –Brasilia: Ministerios da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1998.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (v. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência)

KAZTMAN, R. Vulnerabilidad y Exclusión social: una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. Chile: CEPAL, 2005.